

## **SALÁRIO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ**

*Thicyana Mara Veloso Silva (bolsista do PIBIC/UFPI), Rosana Evangelista da Cruz  
(Orientadora, Depto. de Fundamentos da Educação – UFPI)*

**Introdução:** A presente pesquisa de Iniciação Científica trata do salário docente na rede estadual de educação do Piauí, aspecto específico do projeto de pesquisa “Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica no Piauí”, coordenado pela orientadora. Os objetivos da pesquisa de Iniciação Científica foram: analisar a evolução da remuneração inicial dos professores da educação básica da rede estadual do Piauí, compreender a composição salarial dos professores desta rede e analisar a configuração assumida pelos Planos de Carreira do Magistério público estadual no período de 1996 a 2009. **Metodologia:** A metodologia da pesquisa envolveu uma revisão bibliográfica e o estudo de leis federais e estaduais relacionadas à carreira e à remuneração dos profissionais da educação. Também foram sistematizadas e analisadas informações dos contracheques de professores da rede estadual emitidos de 1996 a 2009. Para a sistematização dos dados salariais e dos planos de carreira foram elaboradas planilhas específicas, articuladas com os instrumentos da pesquisa nacional sobre a temática. A eficiência de tais planilhas foi testada até que se chegasse a um modelo final. O desenvolvimento da pesquisa exigiu conhecimentos sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o piso salarial nacional, a remuneração do trabalho, planos de carreira, dentre outros. O embasamento para a compreensão destes aspectos da temática pesquisada foi alcançado mediante análise da legislação e do estudo de referências teóricas centrais para a formação do pesquisador neste campo de conhecimento, com destaque para OLIVEIRA e ADRIÃO (2007); GOUVEIA, SOUZA e TAVARES (2006); DAVIES (2008) e ABICALIL (2008). **Resultados e Discussão:** No sentido de compreender a configuração do salário dos professores da rede estadual de educação tomamos como referência os contracheques de duas professoras, de 1996 a 2009, 14 contracheques por professor, um por ano, os quais ajudaram a compreender a composição salarial no período de vigência do FUNDEF e de implantação do FUNDEB e do Piso salarial Profissional. A análise indicou diferenças nas condições salariais de cada professora, conforme o tempo de serviço, o grau de formação e a carga horária. A pesquisa também demonstrou que a análise da remuneração do servidor não revela a política salarial no Estado, isto porque ele inclui o total recebido pelo servidor, abarcando acréscimos decorrentes de direitos trabalhistas previstos constitucionalmente, como o 13º, o salário-família e o abono de férias. Por conta disto foi necessário excluir tais itens para analisar, exclusivamente, o vencimento básico e as gratificações implantadas na rede. Assim, de 1996 e 1997, o vencimento das professoras representou uma média de 69% do total recebido. Ficou evidente que no período de vigência do FUNDEF as gratificações continuaram a desempenhar um papel importante na composição da remuneração, uma média de 31% de 1998 a 2006, mesmo percentual de 1996/1997. Nos três anos de vigência de FUNDEB, de 2007 a 2009, a média percentual das gratificações foi de 21%, decorrente de uma política de incorporação das mesmas e, também, do novo Plano de Carreira do Magistério estadual. Especificamente sobre os Planos de Carreira, foi possível perceber sua elevada importância porque define a vida funcional do trabalhador

da educação desde o seu ingresso até a aposentadoria, incluindo os direitos, os deveres e as políticas de valorização da rede de ensino. Assim, além de contemplar características da vida funcional do trabalhador, incluindo aspectos como: tipo de admissão, ingresso, acesso, progressão, vencimento, jornada de trabalho, estímulo à formação, condições de trabalho, relações com a entidade de classe, além de outros aspectos importantes. No período investigado, os docentes tiveram duas leis que organizavam sua vida funcional, Estatuto do Magistério, de 1988, e a Lei do Plano de Carreira, de 2006. Embora as duas leis não tenham diferenças fundamentais, em relação a alguns aspectos, são inseridas mudanças como, por exemplo, classificação dos cargos; tempo necessário para a progressão de horizontal (baseada no tempo de serviço, avaliação de desempenho, formação continuada e outros critérios combinados); período de recesso já que no Estatuto de 1988 as férias eram de 60 dias anuais, sendo reduzidas para apenas 45 dias anuais na lei de 2006, decorrente da adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

**Conclusão:** A pesquisa permitiu concluir que, embora tenham ocorrido mudanças na composição da remuneração dos professores, no período de 1996 a 2009, influenciado pela política de Fundos, problemas centrais ainda devem ser enfrentados, especificamente no que diz respeito a uma efetiva valorização salarial dos docentes da rede estadual de educação do Piauí. Em relação à composição salarial dos professores, os dados mostram que o salário do docente depende muito da qualificação profissional, ou seja, cada vez que o profissional alcança uma nova etapa de formação ocorre uma progressão que resulta em aumento salarial, embora muito aquém do necessário para alcançar uma efetiva valorização. Por fim, as gratificações, especialmente a de regência, têm importância considerável na composição salarial dos docentes da rede estadual de educação, sendo necessário questionar a adequação deste tipo de configuração do salário para uma política de remuneração dos trabalhadores da educação.

### **Referências Bibliográficas**

- ABICALIL, Carlos A. **Análise da CNTE à Lei do PSPN**. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 185-192, jan./dez. 2008.
- ABICALIL, Carlos A. **Piso Salarial**: Constitucional, legítimo, fundamental. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v.2, n. 2-3, p. 67-80, jan./dez. 2008.
- DAVIES, Nicholas. FUNDEB – solução para os males do FUNDEB. In: DAVIES, Nicholas. **FUNDEB - a redenção da educação básica?** Campinas: Autores Associados, 2008. p. 31- 66.
- GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de; TAVARES, Taís Moura (Orgs.). **Conversas sobre Financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2006.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Gestão, financiamento e Direito à Educação** – análise da LDB e da Constituição Federal. 3. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Xamã, 2007

**Palavras-chave:** Política Educacional. Financiamento da Educação. Valorização docente.